



Administração das águas subterrâneas



Água Subterrânea

- **ACESSO:** Poços Tubulares
- **USO** (demandas)
- **MONITORAMENTO**

Atrelados :

Gestão dos Recursos Hídricos



Gestão dos Recursos Hídricos

Histórico:

1934 - Código de águas - Decreto 24643

-Modelo de Gerenciamento orientado pelos tipos de usos.

- Disciplinou os usos das águas e assegurou os interesses da sociedade.

- Permitia ao Poder Público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas - tratada como um dos elementos básicos do desenvolvimento , por ser matéria prima da geração de energia elétrica.



Gestão dos Recursos Hídricos

Histórico:

1934 - Código de águas - Decreto 24643

Dominialidade: Públicas

Pertenciam a União, aos Estados e Municípios: águas dos lagos e cursos naturais que em alguns trechos fossem fluviáveis ou navegáveis.

Art. 36 – é permitido a todos usar quaisquer águas públicas, conformando-se com os regulamentos administrativos.



Gestão dos Recursos Hídricos

Histórico:

1934 - Código de águas - Decreto 24643

Dominialidade: Públicas, Comuns

Comuns: eram todas as águas das correntes não navegáveis ou flutuáveis.



Gestão dos Recursos Hídricos

Histórico:

1934 - Código de águas - Decreto 24643

Dominialidade: **Públicas**, **Comuns** e **Particulares.**

Águas Particulares: eram as nascentes e todas as águas situadas em terrenos particulares quando não classificadas entre Públicas ou Comuns..

Art. 96 – O dono de qualquer terreno poderá apropriar-se por meio de poços , galeria etc das águas que existam debaixo da superfície de seu prédio, contanto que não prejudique aproveitamentos existentes nem derive ou desvie de seu curso natural águas públicas dominicais, públicas de uso comum ou particulares.



Gestão dos Recursos Hídricos

Histórico:

1934 - Código de águas - Decreto 24643

Gestão das águas:

O Poder Público responsável pelo cumprimento dos dispositivos, foi incapaz de administrar as águas do país.

Ausência de diretrizes de universalidade do aparelho estatal.

Profusão de órgãos de atuação descoordenada – cada um agia unicamente por si.

Segmentação por interesses utilitaristas - gerou conflitos entre usuários
Hegemonia do Setor Hidrelétrico.

Nunca houve a regulamentação do Código.



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Promoveu profundas mudanças na administração das águas

Modelo: Sistêmico de Integração Participativa.

Unidades administrativas: Bacias Hidrográficas.



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Dominialidade: **PÚBLICA:**

Foram revogados os Domínios Municipais, Comuns e Particulares



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Dominialidade:

PÚBLICA:

União

Art 20. – “Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham ..



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Dominialidade:

PÚBLICA:

União

Estados

Art. 26. – “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito ...”



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Dominialidade:

PÚBLICA:

União

Estados

O domínio exercido pelo Poder Público, neste caso, deve ser entendido como o domínio público eminente, não correspondendo a uma propriedade do Estado, mas sim a um poder político e soberano de regular os bens pertencentes a seu território.

O Poder Público deve atuar apenas como um gestor, administrando a água no interesse e em nome de toda a coletividade, garantindo seu acesso e distribuição a todos, pautando-se pela racionalidade em seu uso, além de implementar medidas de conservação.



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Águas com possibilidade de uso = **Recurso Hídrico**

Gestão dos Recursos Hídricos

Por extravasar a esfera do interesse individual, torna-se necessária a intervenção do Estado no sentido de alocar o recurso.

Cada usuário, indistintamente, no momento de definir e realizar seu consumo, não dispõe de informações e, portanto, não pode analisar o reflexo de sua atuação em relação ao acesso dos demais usuários.

Estado insere-se como elemento mediador, pautando pela racionalidade nos usos, de modo a garantir a melhor aplicação e o maior acesso possível, minimizando a incidência de conflitos.



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Águas com possibilidade de uso = **Recurso Hídrico**

Gestão dos Recursos Hídricos

Até então havia uma gestão baseada na “Oferta”.

Adota-se a Gestão das “Demandas” .

Praticar o uso mais eficiente do recurso disponível.



Gestão dos Recursos Hídricos

1988 – Constituição Federal

Águas com possibilidade de uso = **Recurso Hídrico**

Gestão dos Recursos Hídricos

Objetivo: administração das disponibilidades e demandas

Critérios: controles quantitativos e qualitativos

Baseados: no efetivo exercício dos direitos de acesso à água



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Instrumentos :

- Planos de RH

Planos diretores da Bacias - SRH.



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Instrumentos :

- Planos de RH
- Enquadramento dos corpos em classes

Sistema de vigilância sobre a qualidade da água



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Instrumentos :

- Planos de RH
- Enquadramento dos corpos em classes
- Outorga dos direitos de uso

Ato administrativo em que concede o direito de uso do Recurso Hídrico

Atraves da Outorga é possível a harmonização entre os usos múltiplos, garantindo a todos sem distinção o acesso aos RH



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Instrumentos :

- Planos de RH
- Enquadramento dos corpos em classes
- Outorga dos direitos de uso
- Cobrança pelo uso

Garantir a eficiência na utilização, induzindo a cada usuário a perceber e incorporar a sua esfera patrimonial o ônus social do acesso.



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Instrumentos :

- Planos de RH
- Enquadramento dos corpos em classes
- Outorga dos direitos de uso
- Cobrança pelo uso
- Sistema de Informação sobre RH

Coleta, organização e difusão dos dados – usos e balanço hídrico

Prover usuários e gestores com informações - Planejamento e Gestão



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Art. 30 – Competência dos poderes executivos estaduais

I. Outorgar os direitos de uso dos RH, regulamentar e fiscalizar os usos;

II. Realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;

III. Implantar o sistema de informações sobre RH – âmbito estadual;

IV. Promover a integração da gestão de RH com a gestão ambiental.



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Art. 30 – Competência dos poderes executivos estaduais

I. Outorgar os direitos de uso dos RH, regulamentar e fiscalizar os usos;

II. Realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;

III. Implantar o sistema de informações sobre RH – âmbito estadual;

IV. Promover a integração da gestão de RH com a gestão ambiental.



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Art. 30 – Competência dos poderes executivos estaduais

- I. Outorgar os direitos de uso dos RH, regulamentar e fiscalizar os usos;**
- II. Realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;**
- III. Implantar o sistema de informações sobre RH – âmbito estadual;**
- IV. Promover a integração da gestão de RH com a gestão ambiental.**



Gestão dos Recursos Hídricos

1997 – Lei Federal 9433

Art. 30 – Competência dos poderes executivos estaduais

- I. Outorgar os direitos de uso dos RH, regulamentar e fiscalizar os usos;**
- II. Realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;**
- III. Implantar o sistema de informações sobre RH – âmbito estadual;**
- IV. Promover a integração da gestão de RH com a gestão ambiental.**



Gestão dos Recursos Hídricos

Outorga dos direitos de uso

Autorização, Permissão, Concessão



Gestão dos Recursos Hídricos

Outorga dos direitos de uso

Resolução No. 16 CNRH /2001 - Outorga = Ato administrativo

Ato Administrativo: segundo o Código Civil > é a manifestação da vontade da administração que tenha por efeito imediato a aquisição, o resguardo, a transferência, a modificação ou extinção dos direitos em matéria administrativa



Gestão dos Recursos Hídricos

Outorga dos direitos de uso

Resolução No. 16 CNRH /2001 - Outorga = Ato administrativo

São 2 os Atos Adiministrativos:

1 - Vinculados

2 - Discricionários

vinculados ou predeterminados: o Poder Público não pode utilizar o poder discricionário e decidir de acordo com seu juízo de oportunidade e conveniência, mas está obrigado a manifestar-se positivamente, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei ou em virtude de lei. A negativa estará ferindo direito líquido e certo, sendo facultado ao Judiciário compeli-la a atendê-lo.



Gestão dos Recursos Hídricos

Outorga dos direitos de uso

Resolução No. 16 CNRH /2001 - Outorga = Ato administrativo

São 2 os Atos Administrativos: 1 - Vinculados 2 - Discricionários

Discricionários: o Poder Público pode optar por uma dentre várias soluções – válidas perante o direito - seguindo critérios de oportunidade, conveniência e equidade, próprios da autoridade, sem que existam requisitos que obriguem a editá-los. A negativa fere interesse que, mesmo legítimo, não é direito e não pode ser garantido pelo Judiciário.

Sob alguns aspectos, em especial a competência, a forma e a finalidade, a lei impõe limitações. Sendo assim, o ato será discricionário nos limites traçados pela lei, se a Administração ultrapassa esses limites, a sua decisão passa a ser arbitrária, ou seja, contrária à lei.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

- Desempenha importante papel no desenvolvimento econômico e social

Muitos setores identificam como soluções rápidas com melhores viabilidades econômicas e de qualidade.

Em muitos casos são ainda as únicas disponíveis.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

- Desempenha importante papel no desenvolvimento econômico e social

- Apesar do avanço na legislação de RH, prevalecem os critérios de administração de águas de superfície.

Embora constituam as maiores reservas praticamente não houveram dispositivos legais para estimular o aproveitamento racional dos aquíferos



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

- Desempenha importante papel no desenvolvimento econômico e social

- Apesar do avanço na legislação de RH, prevalecem os critérios de administração de águas de superfície.

- **Gestão técnica:** é o que está previsto na legislação de RH

Lei Federal 9433 – Art 11

O regime de Outorga de direitos de uso de RH tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Requer a atuação de Gestores capacitados com vital interesse e conhecimento das águas subterrâneas, administrando o interesse público comum e possibilitando a continuidade legal das atividades do setor.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Fatores a serem considerados na administração dos RH Subterrâneos

Gestão técnica especializada

A gestão dos RH subterrâneos tem certo grau de complexidade, necessita pragmatismo técnico – não existe uma fórmula mágica.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Fatores a serem considerados na administração dos RH Subterrâneos

Gestão técnica especializada

Tecnologia:

Investimento em tecnologia - pelo menos um software de gestão.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Fatores a serem considerados na administração dos RH Subterrâneos

Gestão técnica especializada

Tecnologia: **Possibilitará...**

- Coleta eficiente de dados;
- Banco de dados;
- Conexão dos dados coletados;
- Visualização;
- Entendimento do comportamento;
- A Gestão Técnica.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Usos possíveis: **Lei Federal 9433**

Art. 12 – Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

Inciso II – extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Usos possíveis: **Lei Federal 9433**

Acesso: **Poços Tubulares**

A construção e o uso dependem de Autorizações expedidas pelos organismos Gestores Estaduais



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Usos possíveis: **Lei Federal 9433**

Acesso: **Poços Tubulares**

- Autorização para perfuração
- Outorga de direitos de uso

*Resolução No.16 –CNRH – 2001 – Art. 1o A Outorga de direitos de uso é ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado previamente ou mediante o direito de uso do RH, por prazo determinado , nos termos e condições expressas no respectivo ato, consideradas as **legislações específicas vigentes**.*



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Usos possíveis: **Lei Federal 9433**

Acesso: **Poços Tubulares**

- Autorização para perfuração
- Outorga de direitos de uso

Legislações específicas vigentes:

Leis de Recursos hídricos - Federal e estaduais



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

Leis de Recursos hídricos - Federal e estaduais

As Leis estaduais seguem as normas gerais determinadas pela Lei federal.

Em caso de contrariedades prevalecerão as normas da lei Federal.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

A GESTÃO DOS ESTADOS

- Poucos possuem corpo técnico capacitado;

Além disso, não estão aparelhados com ferramentas e tecnologia para realizar a conexão, a visualização e interpretação dos dados coletados.

Os processos envolvem dezenas a centenas de folhas de papel.





Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

A GESTÃO DOS ESTADOS

- Poucos possuem corpo técnico capacitado;
- Alguns confundem com gestão ambiental;

Apesar de conexos, a gestão do meio ambiente e a gestão dos RH, são feitos por leis e organismos especializados distintos, pois se regem por princípios jurídicos próprios.

Os usos das águas, na maioria das vezes devem ser objeto de fomento, o que não ocorre com o meio ambiente – forte caráter de restrição.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

A GESTÃO DOS ESTADOS

- Poucos possuem corpo técnico capacitado;
- Alguns confundem com gestão ambiental;
- Exigências que em nada contribuem para a gestão;

Protocolos e barreiras burocráticas dificultam os procedimentos de avaliação – tornando-os lentos e complicados.

Aumentando ainda mais o acúmulo de papel.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

A GESTÃO DOS ESTADOS

- Poucos possuem corpo técnico capacitado;
- Alguns confundem com gestão ambiental;
- Exigências que em nada contribuem para a gestão;
- Interferência de outras legislações.

Imposição de outros setores utilitários.

Conflito de interesse – Motivo: Mercado



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

A GESTÃO DOS ESTADOS

A inexistência de uma Gestão Técnica está provocando:

Além de impedir o direito de acesso e uso, e sérios prejuízos no processo de gestão dos RH subterrâneos.



Outorga de direitos de uso **Água Subterrânea**

A GESTÃO DOS ESTADOS

A inexistência de uma Gestão Técnica está provocando:

- Aumento da clandestinidade;
- A busca do direito nos tribunais de justiça;
- Ingerencia dos recursos hídricos subterrâneos.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

CONCLUSÕES

Até o momento a Gestão tem se mostrado difícil e confusa.

Necessita de mudanças profundas de comportamento dos organismos gestores.

Os estados tem utilizado critérios diferenciados.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

CONCLUSÕES

Até o momento a Gestão tem se mostrado difícil e confusa

Necessita de mudanças profundas de comportamento dos organismos gestores.

É competência da União a definição de critérios de Outorga.

Constituição Federal – Art. 19 – Compete a União: Inciso XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de RH e definir critério de outorga de uso. - Vide Lei 9433

Art .24 legislação concorrente:

§ 3º– inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.

§ 4º. A superveniência da lei federal sobre normas gerais, suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

CONCLUSÕES

Até o momento a Gestão tem se mostrado difícil e confusa

Necessita de mudanças profundas de comportamento dos organismos gestores.

É competência da União a definição de critérios de Outorga.

A Lei 9433 não definiu os critérios para concessão e obtenção de outorga.

Esta sujeita, portanto, a uma Regulamentação contemplando os critérios.



Outorga de direitos de uso Água Subterrânea

CONCLUSÕES

Até o momento a Gestão tem se mostrado difícil e confusa

Necessita de mudanças profundas de comportamento dos organismos gestores.

É competência da União a definição de critérios de Outorga.

A Lei 9433 não definiu os critérios para concessão e obtenção de outorga.

A edição de uma Resolução do CNRH contemplando os critérios de Outorga para águas subterrâneas poderia regular a gestão no país.